

APOIO E PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DE CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM GÊNERO, RAÇA E ETNIA – NEGRE/UEMS.

¹Gislaine De Oliveira Correia; ²Maria José de Jesus Alves Cordeiro.

¹Bolsista de Iniciação Científica da UEMS. ²Orientadora, Professora Doutora do curso de Pedagogia UEMS-Dourados - MS .

UEMS-Cidade Universitária de Dourados-MS-Caixa Postal 351 - CEP: 79804-970 E-mail: igslaine@hotmail.com.

RESUMO

Este trabalho é resultado do projeto de extensão que teve como objetivo apoiar as ações do Projeto institucional de Extensão coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria José de Jesus Alves Cordeiro, intitulado “Fortalecimento do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia _ GEPEGRE/CNPq/UEMS para criação do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Etnia – NEGRE/UEMS. Durante o projeto realizamos atividades de apoio e acompanhamento das ações de criação e instalação do referido núcleo, colaboração nos eventos realizados sob a coordenação da orientadora, tais como seminários, palestras e reuniões. Estava previsto ainda palestras em cinco municípios de Mato Grosso do Sul para discussão da violência contra a mulher. Porém, estas atividades não foram realizadas nesse período por motivos relacionados a aspectos administrativos e financeiros do projeto. Para desenvolver as ações, fizemos leituras de artigos, livros relacionados às temáticas inerentes ao projeto, como: políticas públicas, gênero, violência e documentos, dentre estes as diretrizes contidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no âmbito das ações previstas no Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Em fevereiro de 2014 com a disponibilização de espaço físico na UEMS, o Conselho Universitário- COUNI/ UEMS aprovou a criação e instalação do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia-CEPEGRE/UEMS em substituição ao Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Etnia - NEGRE como previsto no projeto institucional e neste, por ser esta a denominação que atende a proposta dentro da estrutura administrativa da UEMS. A criação do CEPEGRE será um espaço que proporcionará atividades que visam fortalecimento, respeito, igualdade de oportunidades e estudo de diferentes culturas dentro da Instituição, além de orientar e acolher estudantes cotistas, ou não, que chegam na instituição e se sentem perdidos nesse novo universo onde ainda perdura a ideologia do branqueamento e atitudes de discriminação.

Palavras-chave: Discriminação. Negros. Educação.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado está relacionado a estudos de temáticas importantes dentro e fora da Universidade. Sabe-se que na universidade, muitos alunos e alunas chegam, tentam, mas acabam por desistirem dos cursos por inúmeras razões e, uma dessas é a falta de amparo, orientação e apoio no combate a discriminação que sofrem de forma explícita e implícita, tanto fora quanto dentro da sala de aula. A instituição superior que deveria ser um sonho, um direito, torna-se um espaço de opressão ou até um trauma para muitos estudantes negros e indígenas devido as desigualdades raciais presentes no ensino superior.

Dados sobre as desigualdades raciais no ensino superior mostram claramente a pouca presença de alunos negros, principalmente nos cursos que possuem os mais altos níveis de concorrência nos vestibulares e ainda piora a situação ao notar-se a pouca presença de docentes negros neste mesmo nível de ensino, e essa pouca presença de docentes negros que poderia vir a tornar-se uma referência para esses estudantes acaba por desanimá-los ainda mais. O centro criado como espaço de ensino, pesquisa e extensão e de encontro de acadêmicos, principalmente bolsistas envolvidas com as temáticas, tem o objetivo de apoiar ações internas à UEMS e externas em parceria com movimentos sociais e ONGs que atuam no combate a discriminação e a violência.

DESENVOLVIMENTO

No decorrer do projeto foram feitas reuniões de estudo, seminários, oficinas e palestras nas quais auxiliamos na elaboração, organização e realização de eventos, oficinas e palestras, ações de registro escrito e digital (fotos e vídeos) das atividades realizadas e atendimento ao público no CEPEGRE/UEMS. Organizamos ainda o acervo bibliográfico e a parte administrativa do Centro. De todas essas ações, principalmente os estudos individuais e coletivos, construímos um aporte teórico que aqui apresentamos de forma sucinta. As atividades que não foram executadas em 2013 estão sendo executadas em 2014, como o ciclo de palestras e a criação do site para divulgação, além do seminário estadual.

A importância de um ambiente dentro da universidade que trabalhe e discuta temas relacionados a gênero, raça, etnia e violência contra as mulheres é de grande relevância,

sabendo das necessidades específicas desses grupos e levando em consideração os desafios que negros e indígenas, dentre estes as mulheres que são vistas como "seres inferiores" pela sociedade, sofrem para usufruírem do "privilegio" que é estar dentro da universidade.

O projeto mostrou que o problema existe, mas acima de tudo que se pode trabalhar para mudar as várias situações abordadas nos estudos das temáticas. O projeto além de esclarecer, busca mostrar alternativas e soluções que podem ser trabalhadas e compartilhadas com pessoas dentro e fora da universidade. É muito positivo trabalhar e poder contribuir com as temáticas abordadas no projeto, pois sabe-se que a mulher assim como outros grupos sofrem discriminações o tempo todo. A mulher negra e indígena vive em condições comprovadas estatisticamente inferiores a da mulher branca, tanto no campo profissional quanto no educacional e também na questão da saúde e da segurança. Porém, de modo geral todas as mulheres são vítimas e apesar de já ter seus direitos políticos reconhecidos desde a Constituição de 1988 ainda sofrem violência física e psicológica diariamente, seus parceiros as massacram, agredem, matam, espartilham sem terem um mínimo de respeito e consideração às suas vidas. Saffioti revela que na investigação realizada pela Fundação Perseu Abramo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001, sobre violência contra as mulheres,

[...] as brasileiras valorizam bastante a liberdade conquistada, portanto em resposta à pergunta "Como é ser mulher hoje?" 39% ressaltaram sua inserção no mercado de trabalho e a independência que isto lhes confere; 33% referiram-se a liberdade de agir segundo seu desejo e, desta sorte, poder tomar decisões; apenas 8% mencionaram a conquista de direitos políticos, o que é verdadeiro desde a Constituição Federal de 1988, e a igualdade de direitos em relação aos homens. (2004, p. 43).

Muitas mulheres vítimas de violências muitas vezes se calam devido as condições precárias que vivem, adotando o tema "ruim com ele, pior sem ele", pois sabe-se que apesar dos avanços, o apoio a essas mulheres ainda é pouco e muitas das que denunciam seus agressores tem de sair de casa, ou voltar para a casa de seus pais, isso quando possível. Devido ao nível de escolaridade, muitas vezes baixas, vivem de trabalhos de baixa remuneração, por isso, optam por continuar com seus parceiros na esperança de que um dia as coisas possam melhorar com essa atitude muitas vezes assinam seu próprio atestado de óbito.

Quando se fala em mulher e negra, as coisas ficam ainda piores, muitos foram os avanços que a sociedade brasileira obteve desde o Brasil colônia. Ações afirmativas, direitos políticos, leis específicas contra violência e discriminações, embora poucas, já foram

conquistadas como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, mas apesar de todas essas ações a mulher e em específico a negra ainda é muito discriminada, a maioria continua ocupando postos de trabalho subalternos e ocupam a última posição da hierarquia social que se constitui assim: homens brancos heterossexuais; mulheres brancas; homens negros heterossexuais e por último a mulher negra. Caso essa tenha uma opção sexual diferente da considerada “normal” pela sociedade torna-se mais discriminada ainda. Tatiana Dias da Silva, em seu artigo intitulado “Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda” publicado no “ Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida de mulheres negras no Brasil, 2013”, confirma que a pobreza e a desigualdade encontram-se mais entre a população negra e, a mulher negra é a que se encontra-se nos piores postos de trabalho e com as menores rendas. Segundo Silva (2013, p.121)

[...] além do acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade se reflete na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração. As mulheres negras estão sobrerrepresentadas no trabalho doméstico – são 57,6% dos trabalhadores nesta posição – e têm a menor presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada.

As mulheres negras sofrem discriminação dobrada, por serem negras e mulheres. Isso se intensifica mais quando é pobre, piorando ainda mais se tiver uma opção sexual que não seja a heterossexual. São vistas como uma cultura marginal sofrem diariamente discriminação explícita e implicitamente, pois pesa sobre seus ombros ainda hoje a ótica sexual de que a mulher negra é objeto de prazer masculino, resultado não da condição feminina, mas da condição histórica e racial das mulheres negras.

De modo geral as mulheres, especialmente as pobres, por terem de decidir entre estudar ou sobreviver optam pela necessidade primária, deixando para depois os estudos, dificultando o acesso a educação e conseqüentemente sendo levadas a trabalhos domésticos ou aos menos remunerados da sociedade. Essa situação transforma a vida cotidiana destas em longas horas de trabalhos, com baixa renda, falta de acesso as políticas públicas, contribuindo para uma precária alimentação, saúde, moradia, lazer e aposentadoria, tudo isso gerando um futuro com pouca perspectiva, bem como, cada vez mais vítimas de violência e racismo.

Na obra publicada em 2013 pelo Ministério das Mulheres, intitulada “Mulheres Negras contam suas histórias”, Claudia Marques de Oliveira, uma das mulheres que contam sua história, afirma que

Ter a consciência e entender como o racismo opera em nossa sociedade é correr o risco de ter que escolher entre o esquecer, calar e viver como se estivesse tudo certo e que o tratamento delegado aos negros fosse “normal”. (p.121).

Essa afirmação nos faz acreditar que o acesso a informação e ao conhecimento é o melhor caminho para essa tomada de consciência sobre a forma como o racismo opera em nossas vidas. Nesse sentido o CEPEGRE/UEMS promoverá pelas suas ações uma sensibilização relacionada a temática proposta que é combater e diminuir as desigualdades de gênero, raça e etnia e também a valorização das mulheres que sofrem violência física ou psicológica em seu dia a dia. Sabe-se que muitas mulheres sofrem violência doméstica e muitas estudantes que estão dia a dia na instituição superior apanham antes e depois de irem estudar, pois seus cônjuges não aceitam que essas tenham a possibilidade de estudar, isso quando não precisam mentir diariamente para terem a oportunidade de estarem dentro da universidade, ou seja, quando seus companheiros saem para trabalhar, essas correm para estudar.

Essas situações de desigualdade de poder, em que o homem normalmente se coloca como superior à mulher, tirando dessas vários direitos, sendo um deles o de estudarem, é comum na nossa sociedade, independente de classe social. Muitas mulheres passam pela instituição caladas, sofrendo e tendo muitas dificuldades na hora de executarem as tarefas propostas pelos professores. De acordo com a Lei nº 11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha, que está em vigor desde 2006, configura-se crime contra a mulher a violência física, a violência psicológica que causa dano emocional ou diminuição da autoestima, violência patrimonial e violência moral como a calúnia, difamação ou injúria. No Art. 2º diz que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

A situação das mulheres e de outros segmentos sociais ligados a questões de gênero, orientação sexual, raça e etnia é objeto de estudo e ações de extensão do CEPEGRE/UEMS, mais um elemento positivo que esse projeto proporciona, já que, estudar, pesquisar, discutir, descobrir e compartilhar com a sociedade, informações e alternativas de combate ao preconceito, discriminações e violência é contribuir com a construção de uma sociedade justa e igualitária para nós seres humanos e nossos descendentes.

CONCLUSÃO

Uma rede de apoio como o CEPEGRE/UEMS contribui grandemente em prol de um futuro melhor já que, o mesmo não se concentra apenas nos estudantes bolsistas e sim em toda a comunidade acadêmica e não acadêmica. Porém, não devemos esquecer toda uma historia de discriminação que perdura desde os tempos da escravidão, ou seja, devemos nos unir para que num futuro muito breve, o povo negro, indígena e outros grupos sociais discriminados possam contar uma historia diferente e vivenciar uma realidade, com melhores empregos, melhores níveis de escolaridade, sem racismo e violência, na qual seus direitos sejam respeitados, e as mulheres respeitadas em suas escolhas. Nesse aspecto o CEPEGRE/UEMS que está em fase de implementação será o espaço no qual um grupo de pesquisadores e extensionistas da UEMS, militantes de movimentos sociais e outros parceiros governamentais ou não, irão contribuir na luta contra as diversas formas de racismo, preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília: 2006.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Prêmio Mulheres Negras Contam sua História-2013.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Tatiana Dias da. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et a., (orgs). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. P.109-131.